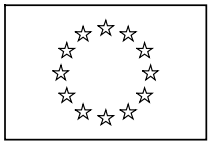

25 de Junho de 2002

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA

2002-2006

COSTA RICA

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA

2002-2006

COSTA RICA

1. OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA COM A COSTA RICA 1

1.1. Objectivos Gerais de Cooperação 1

1.2. Objectivos Regionais de Cooperação 2

1.3. Objectivos Bilaterais de Cooperação 3

2. AGENDA POLÍTICA DA COSTA RICA 3

3. COSTA RICA - ANÁLISE DO PAÍS 4

3.1. Situação Política 4

3.2. Situação Económica e Social 7

3.2.1. Situação Económica 7

3.2.2. Política Comercial 9

3.2.3. Situação Social 10

3.3. Questões de Sustentabilidade 11

3.4. Desafios a Médio Prazo 11

4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM A COSTA RICA 13

4.1. Cooperação da CE com a Costa Rica 13

4.1.1. Experiência 13

4.1.2. Lições Retiradas 14

4.2. Cooperação dos Estados-Membros da UE com a Costa Rica 15

4.3. Outros Programas de Cooperação 16

5. ESTRATÉGIA DE RESPOSTA DA COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA PROPOSTA 17

5.1. Princípios e Objectivos de Cooperação 17

5.2. Prioridades para a Cooperação 17

5.3. Estratégia de Resposta nos Sectores Prioritários 18

5.3.1. Modernização e Descentralização do Governo 18

5.3.2. Cooperação Económica 18

5.3.3. Cooperação Científica e Tecnológica 19
5.3.4. Áreas Não Prioritárias 19
5.4. Coerência das Políticas da UE 20
5.5. Complementaridade da Cooperação dos Estados-Membros da UE e de outros Doadores 20
6. PROGRAMA DE TRABALHOS INDICATIVO 21
6.1. Instrumentos Financeiros de Cooperação 21
6.2. Princípio de Revisão e Avaliação 21
6.3. Actividades Prioritárias por Sector 21
6.3.1. Modernização e Descentralização do Governo 21
6.3.2. Cooperação Económica 22
6.3.3. Cooperação Científica e Tecnológica 22
6.4. Questões Transversais 23
6.5. Programação da Implementação Indicativa 24
7. ANEXOS 25
Anexo 1 Ficha Informativa da Costa Rica
Anexo 2 Agenda de Desenvolvimento Nacional da Costa Rica - Políticas Sectoriais
Anexo 3 Costa Rica – Indicadores Macroeconómicos e Sociais
Anexo 4 Cooperação Financiada por Fundos da CE – Síntese do Projecto
Anexo 5 Matriz de Doadores
Anexo 6 Combinação de Políticas

25 de Junho de 2002

DOCUMENTO DE ESTRATÉGIA

2002-2006

COSTA RICA

SÍNTESE

Este Documento de Estratégia faz parte de um processo de acompanhamento contínuo da cooperação da Comissão Europeia com a Costa Rica. Trata-se de um elemento-chave para a melhoria do processo de programação inserido nas reformas a introduzir no acompanhamento da ajuda externa. Prevê-se que esse acompanhamento conduza a uma maior coerência entre as prioridades estratégicas da EU e à combinação de políticas adequadas a cada país terceiro. A estratégia fundamenta-se na agenda para o desenvolvimento da Costa Rica, bem como nos princípios de cooperação da Comissão, e no Memorando de Entendimento assinado com a Costa Rica, em Março de 2001. Fundamenta-se ainda na anterior estratégia para o país, que cobre o período entre 1998 – 2000. Para o período de 2002 – 2006, os programas de cooperação da Comissão com a Costa Rica deverão concentrar-se, nomeadamente, nas três prioridades seguintes: modernização e descentralização do Governo, cooperação económica e cooperação científica e tecnológica. O montante indicativo de 31,5 milhões de euros foi afectado a estes sectores prioritários no âmbito do Memorando de Entendimento. A selecção final dos projectos, e dos respectivos montantes, deverá basear-se no resultado dos estudos detalhados de identificação e preparação realizados pela Comissão. O financiamento do programa de trabalho indicativo fica condicionado à disponibilidade de fundos no orçamento anual da Comissão. Os recursos financeiros do programa indicativo serão complementados por projectos financiados a partir de rubricas orçamentais específicas, bem como por programas financiados no âmbito dos programas regionais para a América Central e América Latina. Junta-se, no Anexo 1, uma ficha informativa do país.

1. OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA COM A COSTA RICA

1.1. Objectivos Gerais de Cooperação

Em conformidade com o artigo 177º do Tratado que institui a Comunidade Europeia (CE), a política no âmbito da cooperação para o desenvolvimento promoverá:

- O desenvolvimento económico e social sustentável dos países em desenvolvimento, em especial os mais desfavorecidos;

- A integração progressiva dos países em desenvolvimento na economia mundial;

- A luta contra a pobreza nos países em desenvolvimento.

A política comunitária deve contribuir, igualmente, para o objectivo geral do desenvolvimento e da consolidação da democracia e do Estado de Direito, incentivando o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

Além disso, na sua Declaração Conjunta sobre a política de desenvolvimento da Comunidade Europeia, de 10 de Novembro de 2000, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia apontaram uma série de domínios de acção prioritários, com vista a reduzir e, eventualmente, erradicar a pobreza. Estes compreendem, designadamente: a relação entre o comércio e o desenvolvimento, o apoio à integração e cooperação regional, o apoio às políticas macroeconómicas e o acesso equitativo aos serviços sociais, transportes, segurança alimentar e desenvolvimento rural, e o reforço da competência institucional, nomeadamente no campo da boa governação e do Estado de Direito[1].

1.2. Objectivos Regionais de Cooperação

No que diz respeito aos objectivos e princípios específicos da cooperação para as regiões da América Latina e da América Central, é aplicável o Regulamento do Conselho (CEE) Nº 443/92, de 25 de Fevereiro de 1992, relativamente à cooperação técnica e financeira comunitária com os países da Ásia e da América Latina. O presente Regulamento fixa as prioridades no reforço do quadro de cooperação, na promoção do desenvolvimento sustentável e da estabilidade social, económica e democrática, através do diálogo institucional e da cooperação económica e financeira.

Em 1995, numa Comunicação intitulada "União Europeia – América Latina: Actualidade e perspectivas do reforço da parceria 1996-2000" (COM(95)495), a Comissão sublinhou a necessidade de se aplicar um conjunto de abordagens diferenciadas na América Latina, adaptadas às realidades nacionais e sub-regionais.

No âmbito das directivas fixadas na Comunicação da Comissão, de Março de 1999, sobre uma nova parceria União Europeia/América Latina (COM(99)105) e do seguimento da Cimeira do Rio, de 1999, (COM(2000)670), a Comissão reafirmou o seu objectivo de reforçar a parceria e propôs intensificar a sua acção nos três domínios prioritários seguintes: promoção e defesa dos direitos humanos; promoção da sociedade da informação; redução dos desequilíbrios sociais, bem como a inclusão das prioridades definidas nos diálogos estabelecidos no âmbito bilateral e sub-regional.

Historicamente, a cooperação regional entre a UE e as seis Repúblicas do Istmo da América Central foram definidas por um único mecanismo, o Diálogo de San José, que foi iniciado numa reunião a nível ministerial, entre a EU e a América Central, que teve lugar na Costa Rica, em 1984, e que constitui a principal via de diálogo político entre ambas as regiões. Este diálogo anual foi estabelecido, inicialmente, com o objectivo de apoiar o processo de paz e de consolidar a democracia na região, e após reformulação em Florença, em 1996, foi alargado de modo a abranger questões relativas ao desenvolvimento económico e social sustentável e equitativo, à luta contra a insegurança e a delinquência, ao Estado de Direito e à política social. Os progressos conseguidos com o termo da guerra civil e da luta armada na América Central, e o restabelecimento do

[1] Na sequência da Conferência Ministerial da OMC em Doha, em Novembro de 2001, as áreas do comércio e desenvolvimento e do reforço das capacidades institucionais assumiram maior prioridade, assinalada pela Comissão Europeia no SEC(2001)1903 de 20 de Novembro de 2001.

Governo democrático, com base no respeito pelos direitos humanos, possibilitaram que o diálogo fosse dirigido no sentido dos novos desafios relacionados com o aprofundamento das relações económicas entre as duas regiões.

No que diz respeito às actividades de cooperação para o desenvolvimento económico, o quadro actual é sugerido pelo Acordo Quadro Regional de Cooperação para o Desenvolvimento, de 1993, estabelecido entre os referidos seis países da América Central e a Comissão, e que entrou em vigor em 1999, depois de ratificado por todas as partes. Este acordo da "terceira geração" abrange um vasto conjunto de sectores e prevê a criação de um Comité Misto para supervisionar a sua implementação, bem como de subcomités para analisarem em pormenor sectores específicos do Acordo.

Por último, a cooperação da UE com a sub-região da América Central não ficaria completa, se não se referissem os direitos preferenciais unilaterais, concedidos através do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), designadamente os seus esquemas de incentivos adicionais relativos a questões ambientais e de trabalho, e, nomeadamente ao regime de drogas. Desde 1990, este deu lugar à suspensão de direitos de exportação para a UE de produtos agrícolas e industriais provenientes da Comunidade Andina e dos seis países da América central. O sistema encontra-se, actualmente, em fase de reformulação até final de 2004.

1.3. Objectivos Bilaterais de Cooperação

No âmbito do enquadramento já referido, a cooperação da União Europeia com a Costa Rica rege-se, actualmente, por mais dois acordos específicos. O Acordo Quadro ("Convénio Marco"), assinado em Junho de 1999, estabelece os mecanismos para a implementação e gestão de projectos de cooperação técnica e financeira, e económica, elucidando sobre os procedimentos e atribuindo maior desempenho às autoridades nacionais na gestão financeira e contratual dos projectos. Este Acordo carece ainda de ratificação por parte da Assembleia Legislativa da Costa Rica.

O Memorando de Entendimento (ME) entre a União Europeia e a Costa Rica, assinado em Março de 2001, prevê um plano de ajuda indicativo em conformidade com as rubricas orçamentais destinadas à cooperação técnica e financeira, e económica, no montante de 31,5 milhões de euros, para o período entre 2000 e 2006, a atribuir aos seguintes sectores prioritários:

- Modernização e descentralização do governo (35-40% do orçamento indicativo)
- Cooperação económica (25-30% do orçamento indicativo)
- Cooperação científica e tecnológica (25-30% do orçamento indicativo)

O montante máximo de 15% do total indicativo pode ser afectado a áreas não abrangidas por estes sectores prioritários, sujeitas a acordo por ambas as partes.

2. AGENDA POLÍTICA DA COSTA RICA

A política de desenvolvimento nacional da Costa Rica fundamenta-se essencialmente no Plano Nacional para o Desenvolvimento Humano 1998-2002, cujo objectivo principal consiste em impulsionar o progresso do país e aumentar o bem-estar dos costa-riquenhos. O Plano foi elaborado pelo Ministério de Planeamento e Política Económica, e a estratégia inerente assenta em quarto pilares fundamentais: crescimento, estabilidade,

oportunidades e sustentabilidade. Os principais objectivos do Plano visam, nomeadamente: reduzir a pobreza, controlar o custo de vida, criar oportunidades de emprego, promover um clima de cidadania pacífica; combater a corrupção; melhorar os serviços públicos; intensificar o desenvolvimento agrícola e rural; melhorar as infra-estruturas; promover a cobertura e a qualidade da educação; melhorar os serviços de saúde; proteger a infância; alargar o universo das pensões; promover a igualdade de género; resolver os problemas comunitários através da participação dos cidadãos; proteger o ambiente e promover a racionalização dos recursos.

A maioria destas áreas é suportada por documentos e relatórios específicos relativos aos programas, que são avaliadas anualmente nos relatórios anuais, elaborados pela administração responsável (o Anexo 2 contém uma lista pormenorizada desses programas). Alguns objectivos mais decisivos, em termos de assegurarem o desenvolvimento, a longo prazo, da Costa Rica, consistem na melhoria dos serviços públicos e das infra-estruturas, o que deverá impor uma maior participação do sector privado. Por outro lado, a abordagem da questão da poluição ambiental assume uma importância vital. Neste contexto, verifica-se que o Governo preparou a Fase I do Plano Nacional para o Desenvolvimento Urbano, que constitui a primeira etapa no sentido de encontrar soluções para problemas críticos de congestionamento e de degradação do ambiente na zona mais extensa do território metropolitano. Esta zona, acolhe cerca de 60% da população urbana nacional, e abarca cerca de 90% do parque industrial.

Além disto, os progressos no sentido de se cumprirem os objectivos de desenvolvimento humano são avaliados, anualmente, através do relatório detalhado do "Estado da Nação" sobre o desenvolvimento humano sustentável, que é elaborado, desde 1994, por um projecto independente dirigido por um coordenador que dispõe de uma forte equipa técnica, e é supervisionado por um conselho que compreende instituições académicas reconhecidas, o Provedor de Justiça e o Representante Residente do PNUD.

A abordagem e a natureza variadas do plano de desenvolvimento nacional, e dos instrumentos de planeamento associados, reflectem o elevado nível da análise das questões do desenvolvimento, bem como o processo detalhado de consultoria entre os principais parceiros de desenvolvimento. A amplitude deste projecto, contudo, não é acompanhada por idêntico desempenho no plano da implementação. A fase de execução suporta frequentemente, as restrições, impostas pelo controlo excessivo por parte do Estado, em sectores fundamentais, nomeadamente, a energia, telecomunicações, seguros, zonas marítimas e aeroportos, e abastecimento de água. A estes obstáculos, acrescem ainda os atrasos inerentes à execução, associados a frequentes procedimentos de recurso interpostos.

Devido à reduzida dimensão do mercado interno, e à relativa escassez de recursos naturais – além da madeira e da energia hidroeléctrica - a Costa Rica obtém poucas vantagens desses recursos e não exporta grandes quantidades de minerais ou petróleo. Os Governos mais recentes adoptaram uma política de crescimento económico dirigida para o exterior, dando especial enfoque à captação do investimento estrangeiro, e à abertura de novos mercados de exportação.

3. COSTA RICA - ANÁLISE DO PAÍS

3.1. Situação Política

No contexto político, a característica principal da Costa Rica tem sido o seu Governo democrático e o clima de estabilidade interna verificada desde 1948. Sob o regime de

República Constitucional, o executivo da Costa Rica é conduzido por um Presidente, eleito por sufrágio directo para um mandato de quatro anos, e o poder legislativo é constituído por uma Assembleia Legislativa formada por uma única câmara. O Sistema Judicial, totalmente independente, compreende um Tribunal Eleitoral com autonomia própria. A reeleição do Presidente para um segundo mandato, consecutivo ou não, é proibida pela Constituição. Os Membros da Assembleia Legislativa não podem ser reeleitos para mandatos sucessivos, embora possam ser reeleitos se estes se retirarem pelo período de um mandato.

Nas últimas décadas, a vida política foi dominada por dois principais partidos, o Partido de Libertação Nacional (PLN) e o Partido da Unidade Social Cristã (PUSC), que, sucessivamente, têm partilhado entre si o poder, de quatro em quatro anos. Apesar de os dois partidos possuírem em comum uma agenda centrista bastante idêntica, as diferenças entre ambos reflectem a tendência para adoptar posturas distintas relativamente à rapidez de execução das reformas a executar e às medidas a tomar para moderar os custos sociais inerentes a tais mudanças.

As eleições legislativas e presidenciais realizaram-se a 3 de Fevereiro de 2002, tendo o candidato do PUSC, Abel Pacheco, obtido a maioria dos votos, mas em número inferior aos 40% exigidos para uma clara vitória. Pela primeira vez na história costa riquenha, teve lugar uma segunda eleição entre os dois principais candidatos, Abel Pacheco e Rolando Araya (PLN), em 7 de Abril, que deu a vitória a Abel Pacheco com 58% dos votos. Esta segunda volta das eleições deve-se ao facto de ter surgido, pela primeira vez, um terceiro partido bastante forte, o Partido de Accion Ciudadana (PAC), liderado por Otton Solis, que conquistou cerca de 26% dos votos populares nas eleições de 3 de Fevereiro. Os números preliminares apontam para uma taxa de abstenção de 31%,na primeira volta, que aumentou para 30% no escrutínio seguinte. Este facto reflecte o crescente descontentamento dos votantes com o processo político, em especial o fraco desempenho da actual Assembleia Legislativa, em termos da sua capacidade de executar as suas funções de forma diligente.

Indícios de corrupção e a centralização excessiva do poder são citados, frequentemente, como factores que contribuem para o descontentamento da população relativamente à política nacional. Foram tomadas medidas no sentido de resolver a segunda questão, nomeadamente por meio da recente alteração à Constituição, que deverá transferir para as autoridades municipais a responsabilidade por um maior número de questões locais, aliada à transferência de fundos provenientes do orçamento central. A principal questão, que irá determinar o sucesso ou o fracasso daquilo que todos os partidos políticos consideram ser uma mudança essencial na forma de distribuição do poder dentro do país, será a capacidade de gestão dos governos municipais e a transparência com que estes irão exercer as suas novas responsabilidades.

Por outro lado, o Presidente Rodriguez propôs, recentemente, uma redefinição radical das relações entre o executivo e o legislativo, a fim de estabelecer uma relação de poder que providenciaria uma maior responsabilidade e transparência mútuas, e maior eficiência da gestão das funções do Governo. Estas propostas constituem um importante ponto de partida para o início de um debate que muitos consideram muito atrasado.

A politização da administração do país constitui, há muito, uma característica do modelo de governo costa-riquenho, com o seu “sistema a saque”, ao abrigo do qual, em cada mudança de Governo, até os funcionários que se encontram em lugares bastante modestos são substituídos por pessoas da confiança do novo Governo. Embora esta prática esteja menos difundida do que há algumas décadas, e exista agora um maior

profissionalismo das estruturas permanentes dos serviços públicos, produz ainda o efeito de provocar grandes roturas no funcionamento do sistema, devido à perda de continuidade e eficiência nas funções.

A agenda da política externa da Costa Rica é concebida, em larga medida, pela própria história democrática e pacífica do país. Apesar de a Costa Rica manter relações bastante amigáveis com os seus vizinhos da região, teve sempre relutância, sob o ponto de vista histórico, em comprometer-se com uma política de integração próxima enquanto todos os países não consolidaram os seus sistemas democráticos e reduziram as despesas militares. Uma relação mais problemática existe com a Nicarágua, devido, nomeadamente, à disputa sobre os direitos de navegação que o país usufrui no Rio San Juan, que constitui grande parte da fronteira entre os dois países. Os esforços empreendidos pela Costa Rica no sentido de resolver a questão, através de negociações bilaterais ou de arbitragem internacional, não conseguiram produzir os efeitos desejados e as autoridades costa riquenhas põem a hipótese de apresentar a questão perante o Tribunal de Justiça Internacional, em Haia. A Nicarágua lançou a ameaça, no caso de a Costa Rica continuar a proceder desta maneira, de impor uma tarifa alfandegária de 35% em todas as importações provenientes da Costa Rica.

No que se refere à integração regional, a Costa Rica é membro da SIECA e da SICA, embora não seja parte do Tribunal Centro-Americano de Justiça ou do Parlamento Centro-Americano (PARLACEN). Em 2001, a Costa Rica apresentou uma série de propostas tendo em vista revitalizar o processo de integração centro-americano. Tais propostas atribuem especial relevo ao desenvolvimento social e à facilitação das trocas comerciais, sugerindo igualmente alterações institucionais entre as quais a reforma do PARLACEN e a limitação das competências do Tribunal Centro-Americano de Justiça, bem como a reactivação do Conselho Executivo da SICA.

A Costa Rica é igualmente a sede de inúmeras instituições regionais importantes, designadamente, o Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos e o Instituto Interamericano dos Direitos Humanos. A presença destas instituições serve para reforçar o prestígio da Costa Rica no campo dos direitos humanos, realçado pelas conquistas do país a nível interno, bem como pelo reconhecimento dos esforços da Costa Rica no sentido de restabelecer a paz na região. Esse reconhecimento concretizou-se na atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Presidente Árias, em 1987. Por outro lado, essa presença serve igualmente para sublinhar a sensibilidade da Costa Rica ao tornar públicas determinadas questões relacionadas com os direitos humanos, como a prostituição infantil, um problema cuja existência o Governo já reconheceu e, actualmente, está a procurar resolver.

A Costa Rica é um país de passagem, tanto da droga que transita em direcção ao Norte, vinda da Colômbia para os EUA, como das armas em trânsito da Nicarágua para a Colômbia. A Costa Rica tem uma participação activa em alguns programas, nomeadamente com as autoridades dos EUA, com vista a deter o fluxo de droga que atravessa o país, embora seja extremamente difícil avaliar até que âmbito estes programas estão a conseguir os resultados desejados. A produção de droga a nível interno está limitada à produção de marijuana, designadamente nas zonas montanhosas do sul do país.

Associada à questão das actividades de produção de droga a nível regional, está a da lavagem de dinheiro. A Costa Rica esteve sujeita a uma rigorosa análise em fóruns como o Grupo de Trabalho das Actividades Financeiras da OCDE (FATF/GAFI), por causa da do vazio da legislação nacional relativamente à definição do conceito de lavagem de dinheiro e à supervisão das actividades *offshore* do sector bancário. A Costa Rica reagiu

rapidamente às críticas apresentadas a este respeito, propondo nova legislação, a qual deverá reforçar a fiscalização, nomeadamente a responsabilidade dos bancos de supervisionar e denunciar transacções suspeitas, alargando também o âmbito da definição de lavagem de dinheiro, de modo a abranger o terrorismo e o crime organizado. Está, igualmente, a ser mantida uma estreita cooperação entre a Costa Rica e os países vizinhos da América Central e das Caraíbas, com vista a controlar as actividades das instituições financeiras.

3.2. Situação Económica e Social

A Costa Rica goza de uma situação ímpar na América Central, devido aos índices de desenvolvimento social e económico do país, tradicionalmente elevados, e que são uma consequência das sucessivas políticas adoptadas durante o século passado, e reforçadas e mantidas ainda por regimes democráticos ininterruptos, desde 1948, bem como da dissolução das forças armadas.

Com uma população de 3,8 milhões de habitantes e um PIB *per capita* de 4 000 dólares em 2000, a taxa de crescimento real do PIB da Costa Rica foi de 1,7%, a inflação de 11%, a dívida externa a 4,3 biliões de dólares, aproximadamente, o défice da balança de transacções correntes cerca de 800 milhões de dólares, o défice da balança comercial 171 milhões de dólares e o saldo da balança de capitais e financeira 676 milhões de dólares.

3.2.1. Situação Económica

O aparecimento da Costa Rica na cena económica mundial, na segunda metade do século XIX, foi uma consequência do incremento da indústria local do café, que gerou bastantes lucros e excedentes, permitindo o rápido crescimento económico e o investimento em programas do governo nos sectores sociais. Este facto assinalou o início da tradição da Costa Rica em investir uma grande percentagem das receitas do Estado nos sectores da saúde e da educação, medidas seguidas da adopção de legislação sucessiva relativa ao bem-estar social e ao emprego.

No seguimento do incremento do café, o crescimento da Costa Rica foi marcado por quatro acontecimentos importantes. O primeiro, que ocupou a maior parte do século XX, consistiu no crescimento rápido da indústria da banana, que, apesar dos desafios e do decréscimo descritos a seguir, continua a ser uma importante fonte de emprego e de receitas em divisas, sendo a Costa Rica o segundo maior exportador mundial, a seguir ao Equador.

O segundo acontecimento teve lugar em finais dos anos 70 e início do anos 80 quando, após um prolongado período de laxismo na gestão da economia, agravado pelos efeitos directos e indirectos das crises que ocorriam na Nicarágua e em El Salvador, teve de ser aplicado um rigoroso plano de gestão macroeconómico para rectificar as finanças do país. Os custos sociais deste programa de ajustamento foram elevados, embora atenuados, em certa medida, pela criação de fundos de estabilização suportados por doadores.

A isto, seguiu-se o aparecimento de um novo sector, actualmente de grande importância estratégica: o turismo. O conceito de ecoturismo encontrou o caminho aberto, em larga medida, na Costa Rica, atraindo o país, actualmente, cerca de um milhão de visitantes por ano, vindos na sua maioria dos Estados Unidos, mas igualmente em número significativo (25%) dos países da EU, contribuindo anualmente, no total, com cerca de 1 bilião de dólares para a economia, a maior fonte de rendimento em divisas. Intimamente associado ao crescimento da indústria do turismo tem havido o esforço sistemático de projectar a

imagem internacional da Costa Rica como um país avançado sob o ponto de vista ecológico, dotado de excepcional biodiversidade, no qual 25% da área territorial está protegida de uma ou de outra forma.

Nas duas últimas décadas, assistiu-se também ao quarto acontecimento importante: a aplicação, por parte do Governo, de medidas políticas gradualmente mais agressivas, com o objectivo de atrair o investimento directo estrangeiro (IDE), tirando proveito da força de trabalho do país, relativamente bem instruída, e da estabilidade das instituições e da democracia. Nos finais dos anos 90, o IDE circulou na região atingindo verbas anuais de cerca de 500 milhões de dólares, embora haja, actualmente, indicações de que se verifica uma desaceleração significativa nessa tendência. O facto mais notável na área do investimento estrangeiro foi a instalação, em meados dos anos 90, de uma grande fábrica de produção de microchips, da Intel, a exportar para os EU e para a Europa, e que actualmente, com um volume anual de exportações na ordem dos 1.500 milhões de dólares, em 2000, representa mais de 25% do total das mercadorias exportadas do país. Além disso, a Costa Rica foi bem sucedida na tentativa de atrair inúmeras companhias multinacionais para criarem centros de serviço regionais e estruturas de apoio.

Uma medida importante da política de captação do investimento estrangeiro da Costa Rica consistiu na criação de zonas de comércio livre, nas quais as empresas exportadoras são autorizadas a funcionar, beneficiando da isenção do pagamento de impostos sobre os lucros e de um regime favorável para a importação de maquinaria e inputs. Presentemente, cerca de 50% do total das exportações (compreendendo a produção de microchips da Intel) tiram proveito das vantagens oferecidas pelas disposições vigentes na zona de comércio livre. Desde 1994 que a Costa Rica dispõe também de uma legislação que promove a concorrência e a defesa do consumidor, apoiada por uma Comissão de Promoção da Concorrência (COPROCPM) em funções.

Após ter levado a cabo um modelo importado de substituição da industrialização, nos anos 60 e 70, aliado à forte confiança na dívida externa, o país entrou numa crise económica e financeira no início dos anos 80. Esta situação foi seguida da adopção de medidas estruturais de ajustamento, em conjunto com uma nova orientação das exportações, fundada na captação do investimento directo estrangeiro e na aplicação do plano Brady para a reestruturação da dívida externa com o acordo dos bancos comerciais. O principal impulso da política económica, na década passada, foi dirigido no sentido de conseguir o equilíbrio das finanças públicas, a fim de forçar a descer as taxas de juros e reduzir a inflação, mas essa medida obteve um sucesso limitado. A inflação manteve-se nos 11%, em 2000, as taxas de juro acima dos 14% e o débito interno em 30% do PIB (comparado aos cerca de 17%, no início dos anos 90).

O recente decréscimo da situação económica mundial, nomeadamente nos EUA, aliado a quedas bruscas em três sectores de particular interesse para a Costa Rica – indústria informática, bananas, e café – toldaram as perspectivas de crescimento imediato da Costa Rica. Após vários anos com taxas de crescimento na ordem dos 5%, ou superiores, (largamente alimentado pelas exportação de chips informáticos da Intel), o ano 2001 assistirá, provavelmente, a um crescimento inferior a 2%. Isto agravará ainda mais as principais fragilidades económicas da Costa Rica: o défice do governo e a dívida pública. Situando-se pouco abaixo de 3% do PIB, o défice está a gerar a procura constante de maior número de empréstimos ao Governo, e a dívida pública situa-se acima de 55% do PIB. A dívida externa atingiu 4,3 biliões de dólares em 2000, com um rácio de dívida - serviço calculado em 8,9%. Apesar deste nível de défice, a fraca colecta de receitas fiscais (e uma base reduzida de impostos no geral) impede que se gerem recursos necessários para melhorar e manter as infra-estruturas físicas já degradadas do país. Os

esforços para remediar este sistema, através do recurso a concessões para contratos importantes no sector das obras públicas (gestão e melhoramento de aeroportos, construção de estradas, por exemplo) depararam-se com dificuldades causadas pela manifesta burocracia da Costa Rica e pela morosidade dos processos judiciais. Além disso, os monopólios estatais rigorosos exercidos nos sectores das telecomunicações, energia e seguros, impedem o aparecimento da concorrência e a prestação de melhores serviços a mais baixos custos.

Nos últimos anos, a economia da Costa Rica sofreu uma crescente «dolarização». Apesar das constantes micro-desvalorizações da moeda nacional, o colon, que são controladas pelo Banco Central com o objectivo de preservar o valor real da moeda contra o cabaz de moedas que corresponde à composição do comércio externo da Costa Rica, o ponto de referência mais importante é o dólar americano, reflexo do facto de cerca de 60% do comércio externo e do investimento estrangeiro se efectuar com os EUA. Por outro lado, a ausência de concorrência no sistema bancário interno, aliada a uma taxa de inflação superior a 10%, conduziram a taxas de juro elevadas, cobradas às dívidas denominadas em colones, levando a que os clientes optem cada vez mais por recorrer a dívidas denominadas em dólares. Embora não existam planos formais, discute-se cada vez mais, nos círculos financeiros e políticos, as vantagens e desvantagens da «dolarização».

A estrutura da economia costa-riquenha, em 2000, foi abalada pelo sector de produtos manufacturados (25% do PIB), da agricultura - inferior a 10%, do comércio, restauração e hotelaria - inferior a 20%, sendo o sector de serviços e de serviços públicos responsáveis pelo restante. No entanto, a agricultura continua a ser o maior sector empregador, compreendendo cerca de 20% da população activa, verificando-se também que o sector do turismo está a adquirir uma importância cada vez maior na captação de receitas e como entidade patronal. O Anexo 3 contém uma visão global dos indicadores dos sectores macroeconómico e social.

3.2.2. Política Comercial

A política comercial tem-se desenvolvido através de uma abordagem focalizada em três frentes. A nível multilateral, a Costa Rica tem sido uma forte apoiante da OMC, desde a sua entrada em 1994, por considerar que a organização é a melhor garantia para oferecer um sistema multilateral, baseado em regras equitativas, dentro do qual as exportações da Costa Rica podem aumentar. A Costa Rica apoiou, igualmente, o lançamento de uma nova ronda de negociações promovidas pela OMC e a sua posição global durante a quarta reunião Ministerial da OMC, em Doha, com excepção da agricultura, esteva largamente em conformidade com a da UE. No âmbito da agricultura, por ser membro do Grupo Cairns, a Costa Rica procura eliminar os subsídios à agricultura e outras medidas que considera terem o efeito de desvirtuar o comércio de produtos agrícolas. A Costa Rica tem-se pautado também pela participação activa nas discussões relativas ao sector da banana entre a UE e vários países exportadores de banana da América Latina. Prevê-se que a Costa Rica pode desempenhar um papel activo na nova ronda de negociações da OMC, a Agenda para o Desenvolvimento, de Doha.

A nível regional, a política de comércio da Costa Rica concentrou esforços na promoção de uma maior integração económica na América Central (em comparação com a sua posição reticente relativamente à integração política), bem como na procura efectiva da concretização do acordo da Zona de Comércio Livre das Américas e na participação na Iniciativa dos EUA para as Bacias da Caraíbas. A Costa Rica encara também a possibilidade de aproveitar as vantagens comerciais que resultarão das componentes de

facilitação do comércio e de infraestruturas do Plano Puebla-Panamá, proposto pelo Presidente Fox do México.

Na frente bilateral, a Costa Rica tem-se empenhado activamente nas negociações de alguns Acordos de Comércio Livre (ACL) bilaterais, o mais recente dos quais compreende o México, Chile, Canadá e a República Dominicana. Estão em curso, ou previstas, outras negociações com o Panamá, a Jamaica e Trindade e Tobago. Entre estas, deve fazer-se menção especial ao acordo de comércio assinado com o Canadá, na medida em que não só representa um exemplo de um acordo entre um pequeno país em desenvolvimento e um membro do G8, mas também por prever igualmente acordos laterais em áreas sensíveis do trabalho e do ambiente.

Um reflexo das políticas económicas da Costa Rica, fortemente dirigidas para o exterior, é o facto de o índice de abertura económica deste país (o comércio externo como uma percentagem do PIB) ter aumentado, nas duas últimas décadas, passando de cerca de 60% para mais de 80%, enquanto o montante global do comércio externo, em 2000, atingiu 12,3 biliões de dólares, com um défice comercial de 475 milhões de dólares. Além dos componentes informáticos, (1.600 milhões de dólares em 2000), os principais produtos de exportação da Costa Rica, em 2000, foram o vestuário (600 milhões de dólares), as bananas (540 milhões de dólares), e o café (280 milhões). Nos últimos anos, a UE absorveu aproximadamente 22% das exportações da Costa Rica (sendo, actualmente, os chips para computadores o principal produto, seguidos pelas bananas e o café), enquanto a percentagem de importações provenientes da UE se manteve constante em cerca de 10% (principalmente maquinaria, produtos farmacêuticos e veículos). Em 2000, o défice da conta corrente foi de 9 biliões de dólares, representando 5,5% do PIB. Apesar deste nível elevado, não constitui um grande problema até ao momento, pelo facto de ter sido financiado em grande parte pelo investimento directo estrangeiro. No entanto, o aumento registado no défice, nos últimos anos, pode colocar problemas a médio e a longo prazo, se esta tendência continuar a verificar-se. Durante o período de 15 anos, compreendido entre 1985 e 1999, o investimento proveniente da UE na Costa Rica atingiu 355 milhões de dólares, principalmente sob a forma de investimento directo estrangeiro, representando 9% do total do investimento estrangeiro durante esse período (os EUA foram responsáveis por 64% do investimento estrangeiro durante esse mesmo período).

3.2.3. Situação Social

Em consequência destas várias fases de crescimento económico, sustentado pelo estabilidade política, a Costa Rica conseguiu atingir um rendimento per capita de aproximadamente 4000 dólares, muito superior à média regional, e uma distribuição de rendimento muito mais equitativa que nos outros países da sub-região. Mais significativo ainda, todavia, é o facto de os índices de desenvolvimento humano do país serem consideravelmente mais elevados do que seria de esperar dado o valor do PIB/capita: A Costa Rica ocupa o 43º lugar na classificação do Desenvolvimento Humano do PNUD, posição excedida apenas pelo Chile, na América Latina. Isto reflecte a elevada taxa de literacia do país, 85%, bem como os indicadores de saúde que, nomeadamente, em termos de esperança de vida (77 anos), são muito próximos dos índices dos países com elevados rendimentos, reflectindo também o facto de cerca de 32% das despesas públicas serem canalizadas para os serviços sociais. A taxa de mortalidade infantil na Costa Rica, em 2000, foi de 10,2 por mil, inferior à de todos os outros países da América Latina, com excepção de Cuba.

Neste contexto, é importante observar que a Costa Rica se tornou, nas últimas duas décadas, o país de acolhimento de 350.000 imigrantes da Nicarágua, inicialmente em

consequência da guerra civil instalada naquele país, e seguidamente, em 1998, devido aos efeitos devastadores do furacão Mitch. Embora muitos desses imigrantes não se encontrem inseridos no sistema de segurança social, a maioria já foi integrada nesse sistema, o que envolve grandes custos adicionais para o orçamento do Estado. Contudo, isto teve também um efeito na capacidade da Costa Rica de reduzir a sua taxa de pobreza, a qual se fixou nos último anos, em aproximadamente 20% da população. Os dados indicam que os níveis de pobreza entre famílias constituídas, parcial ou totalmente, por imigrantes são aproximadamente 20-35% mais elevados do que a média. A nível regional, é também evidente que o aumento significativo da pobreza na região de Huetar Norte está associado à imigração da Nicarágua.

Apesar do facto de um montante elevado das despesas públicas ser canalizado para os serviços socais, existem dificuldades em instalações para manter os níveis de acesso, qualidade e prestação de serviços que poderiam conduzir a uma redução significativa dos índices de pobreza. Os principais problemas no sector da saúde estão relacionados com a falta de pessoal com formação adequada e a ausência de padrões de qualidade e de fiscalização na prestação de serviços individuais e colectivos. Além disso, questões específicas, como a violência doméstica e a prostituição infantil, estão a exigir maior atenção do Governo.

3.3. Questões de Sustentabilidade

A sustentabilidade do modelo de desenvolvimento da Costa Rica é limitada por inúmeros factores. Em primeiro lugar, o país continua fortemente dependente de um reduzido leque de opções no mercado global (componentes informáticos, vestuário, bananas, e café). Em conformidade com esta situação, os níveis elevados de investimento estrangeiro iludiram o sentimento crescente de confiança no acesso ao crédito interno. Em segundo lugar, o modelo de desenvolvimento social, empreendido com sucesso no passado, está a ser posto em causa, devido ao aumento dos problemas na prestação de serviços e a factores externos como a migração. Por último, a busca de consenso na elaboração dos programas está a dar lugar a maior paralisação e maior rigidez das instituições.

3.4. Desafios a Médio Prazo

O desafio mais premente da Costa Rica, na esfera política, consiste em restabelecer maior credibilidade no processo político interno, cuja reputação ficou manchada pela percepção por parte da população de que os políticos deixaram de servir os interesses nacionais, procurando apenas a sua promoção pessoal. Não existe uma solução imediata para este problema, mas exigirá diversas intervenções em várias frentes, nomeadamente eventuais reformas constitucionais, já propostas pelo Presidente Rodriguez, para redefinir os limites de responsabilidade dos diferentes departamentos estatais, bem como um movimento concertado para a descentralização do Governo. Nesta área, ser necessário um apoio externo considerável, bem como uma forte vontade política.

Na esfera económica, a política do Governo deve procurar aproveitar plenamente o que se considera serem as três vantagens mais competitivas da Costa Rica: o nível de instrução elevado da população activa, a estabilidade das instituições, e o largo apoio para uma política de comércio aberta ao exterior. Esta abertura expõe, no entanto, a Costa Rica a todos os efeitos das flutuações externas, e esta situação está a verificar-se abruptamente em 2001. As perspectivas de crescimento e de emprego não são encorajadoras e, por esse motivo, a situação da dívida não deverá melhorar de forma significativa. A capacidade do Governo de providenciar serviços sociais de melhor qualidade – uma condição necessária se a Costa Rica quiser manter a vantagem

competitiva da força de trabalho e da estabilidade política – está extremamente dificultada, uma vez que estes serviços exigem constantemente investimentos de capital cada vez maiores. Uma das questões que constituem um desafio para o futuro é saber se níveis de crescimento mais elevados poderão contribuir para o aumento da polarização económica, e a maior predominância da pobreza.

O recente esforço do Governo, no sentido de autorizar maior concorrência em sectores de monopólio do Estado, nomeadamente, a energia e as telecomunicações, teve de ser abandonado, face aos largos protestos da população, que reflectem a preocupação de que qualquer processo de privatização envolveria corrupção e aumento de taxas e honorários para o consumidor. Contudo, sem mais investimento e maior concorrência nesses sectores, corre-se o perigo de a Costa Rica poder perder a sua vantagem competitiva para outros países da América Central, que já liberalizaram sectores económicos fundamentais, proporcionado dessa forma oportunidades de investimento para as empresas estrangeiras.

Além disso, de acordo com as obrigações assumidas com a OMC, a Costa Rica é agora obrigada a eliminar progressivamente os subsídios e o tratamento fiscal especial concedidos às zonas de comércio livre do país. Como se verificou antes, estas zonas representam 50% das exportações da Costa Rica, bem como mais de 35.000 empregos bem remunerados. Em Dezembro de 2001, a Costa Rica juntou-se a outros pequenos países em desenvolvimento, com vista a procurar o prolongamento formal do período de aplicabilidade do regime de zona de comércio livre, uma vez que não foi possível definir um acordo alternativo compatível com a OMC que não prejudicasse gravemente o sector de exportações costa-riquenho. Nos termos dos procedimentos especiais acordados na Conferência Ministerial de Doha, a Costa Rica conseguiu manter esses subsídios à exportação até 2007.

É necessário, igualmente, dar uma outra dinâmica à fiscalização da burocracia que pesa na aprovação dos grandes projectos de investimento financiados por dinheiros públicos. Os longos atrasos e as inúmeras exigências de ordem legal, característica que acompanha a concessão de contratos, constituem actualmente um factor importante de desencorajamento dos investidores estrangeiros, traduzindo-se no aumento do preço das propostas que submetem a aprovação.

Deve fazer-se especial referência ao sector do ambiente, um domínio contra o qual, apesar dos grandes progressos efectuados pela Costa Rica nas últimas décadas, subsistem ainda graves ameaças. O ritmo de desarborização da floresta virgem continua ser difícil de controlar, e embora a área total de cobertura florestal comece a mostrar sinais de recuperação, em consequência da implementação de programas comerciais de rearborização, a perda da biodiversidade continua a aumentar. Apesar de 25% do país estar oficialmente designado como sujeito a qualquer tipo de controlo ou de gestão, as indemnizações devidas por grande parte destas terras ainda não foram pagas aos proprietários originais, em muitos casos depois de os processos de expropriação terem ocorrido há mais de 25 anos. Face ao crescimento vital da contribuição do turismo para a economia nacional, a preservação da reserva natural da Costa Rica assume um maior significado, visto que o valor da floresta virgem para fins puramente recreativos e para a imagem que a Costa Rica procura projectar no estrangeiro, pode ser muito superior ao inicialmente previsto.

Por conseguinte, a Costa Rica enfrenta o difícil desafio de modernizar o seu sector público, permitindo maior concorrência em áreas económicas chave, preservando ao mesmo tempo o elevado nível de bem-estar e equidade social, que constituiu a sua

imagem de marca durante muitas décadas. As políticas das duas últimas décadas, mais dirigidas para o exterior, deram lugar a um processo perceptível de marginalização das áreas rurais e da economia tradicional, acompanhado de maior concentração da actividade económica e da população no vale central, com os consequentes problemas de superlotação, planeamento inadequado do espaço, poluição, gestão de resíduos e crime. Embora estejam em execução planos para promover o desenvolvimento das regiões costeiras do Atlântico e do Pacífico, estes não conseguiram, até ao momento, inverter o sentido da concentração excessiva da actividade, patente na área metropolitana mais extensa de San José.

Por último, a nível regional, a Costa Rica é um importante interveniente no processo de integração regional centro-americana, ao qual deverá conferir um impulso decisivo.

Estes desafios deviam, contudo, ser colocados no contexto de um país cujas autoridades demonstraram o seu empenho em procurar prepará-lo para se tornar competitivo a nível global, mantendo e enriquecendo, ao mesmo tempo, a sua posição democrática e social na região.

4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL COM A COSTA RICA

Desde os anos 80, quando a Costa Rica beneficiava ainda da ajuda significativa da comunidade internacional para o desenvolvimento (em parte devido aos conflitos em curso noutros países da América Central), a maioria dos programas de cooperação internacionais na Costa Rica foram claramente reduzidos ou cessaram, por se reconhecer que o país desfrutava um PIB per capita relativamente elevado e de um índice de Desenvolvimento Humano elevado. De acordo com os últimos números do governo, que cobrem o período de 1998/99, o pacote da ajuda dos doadores à Costa Rica, verificado nessa altura, ascendia a 392 milhões de dólares, incluindo 150 milhões de dólares de empréstimos concedidos pelo Banco de Integração Económica da América Central e 85 milhões de empréstimos concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Como os empréstimos se caracterizam por um tempo de vida de cinco anos, este volume representaria um montante total aproximado de 50 milhões de auxílio anual, nomeadamente, através de empréstimos concedidos por bancos de desenvolvimento regional. É provável que, em comparação com a situação de 1998/99, estes números tenham caído ainda mais em 2001.

4.1. Cooperação da CE com a Costa Rica

4.1.1. Experiência

Durante os últimos quinze anos, a ajuda da CE à Costa Rica cifrou-se na ordem de 4 milhões de euros/ano, no âmbito das principais rubricas orçamentais, tendo descido desde 1997/8, período em que não foram aprovados novos projectos, no decorrer da preparação de um novo quadro estratégico e da conclusão de um Memorando de Entendimento plurianual. Dada a localização geográfica relativamente privilegiada da Costa Rica, e a frequência esporádica de furacões naquele país (e a inexistência de um tremor de terra de grandes proporções, desde 1991), não houve necessidade de fornecer ajuda de emergência nem alimentar àquele país. O Anexo 4 contém uma lista resumida dos projectos financiados pela CE.

No quadro da assistência técnica e financeira e da cooperação económica, os projectos aprovados de acordo com as rubricas orçamentais concentraram-se, nos últimos anos, na gestão sustentável dos recursos naturais, protecção do ambiente e modernização e

reforma do Estado. Os projectos foram financiados igualmente nos termos da rubrica orçamental Florestas Tropicais, no domínio da gestão dos recursos naturais. É importante observar que as universidades e as instituições científicas costa-riquenhas participaram de modo expressivo no programa de Cooperação Científica INCO, financiado pela Direcção-Geral de Investigação da CE, e que a Costa Rica teve, igualmente, um nível de participação superior ao da média nos programa ALFA para cooperação interuniversitária.

Sendo a sede da única Delegação da CE na América Central, até à abertura de uma Delegação na Nicarágua, em 1996, San José foi, também, durante muitos anos, a alma de um vasto programa de promoção dos direitos humanos e de projectos para a constituição da democracia em toda a América Central, muitos dos quais foram implementados em colaboração com organizações costa-riquenhas, ou instaladas na Costa Rica. Além disso, a Costa Rica participou em numerosos projectos regionais de cooperação para o desenvolvimento, em domínios como o desenvolvimento das comunidades locais, pesca, cooperativas, cuidados de saúde para adolescentes, que a CE financiou na América Central.

Desde meados dos anos 90, a maioria dos projectos de grande escala da UE na Costa Rica foram executados por meio do mecanismo de gestão conjunta, atribuída a um co-director nacional e a um co-director europeu, responsáveis em conjunto pela gestão técnica e financeira do projecto, sob a alçada definitiva da Comissão e do ministério ou entidade sob a qual o projecto era executado. Esta prática provou ser um meio relativamente eficaz de fornecer inputs de projectos, nomeadamente em termos da concessão de um grau razoável de autonomia operativa. Contudo, certas dúvidas relativas ao rigor da natureza legal da co-direcção, e dos seus poderes contratuais, e o facto de a ratificação de acordos de financiamento de projectos individuais, por parte da Assembleia Legislativa, demorar por vezes vários anos, levou à decisão, em 1999, de estabelecer um novo mecanismo de enquadramento para futuros projectos. O novo Acordo Quadro deverá conceder, igualmente, às autoridades nacionais uma maior responsabilidade na gestão e fiscalização dos projectos, permitindo assim um maior sentido de apropriação nacional dos projectos apoiados pela CE. Uma vez ratificado pela Assembleia Legislativa, este Acordo Quadro eliminará a actual necessidade de ratificar acordos de projectos individuais.

4.1.2. Lições Retiradas

Embora o programa de cooperação para o desenvolvimento da CE com a Costa Rica não tenha sido avaliado formalmente, no conjunto, as revisões dos projectos individuais e as acções de acompanhamento indicam, tendencialmente, que os anteriores projectos de cooperação da CE se dispersavam por um número excessivo de sectores, dificultando a tarefa de canalizar recursos suficientes, de forma centralizada, de modo a conseguir um impacto significativo. Em parte, isto deveu-se a um quadro de planeamento estratégico menos ambicioso e à falta de definição clara de áreas prioritárias para a cooperação da CE. Além disso, nem uma única entidade da parte do governo exerceu a função fulcral de supervisionar o programa de cooperação da CE. Nos termos do acordo quadro de 1999, contudo, foi criada a figura de Coordenador Nacional, no âmbito do Ministério da Relações Externas, responsável pela recepção e avaliação de todas as propostas de projectos que as diferentes entidades governamentais costa-riquenhas pretendam submeter à CE para financiamento. Consequentemente, deverá ser criado um mecanismo transparente de selecção, por parte do governo, com vista a assegurar que apenas os projectos que correspondem às prioridades do país serão submetidos a aprovação.

Outra característica dos anteriores projectos financiados pela CE consistiu na grande diversidade da dimensão dos projectos, não atingindo muitos destes o montante de um milhão de euros. Como a execução destes projectos coincidiu com diversas reestruturações dos serviços de ajuda e de relações externas, na Sede da própria Comissão, a diversidade de acções de gestão de auxílio requeridas deu lugar, em certos casos, a grandes atrasos no tratamento dos pedidos de pagamento e das aprovações de contratos. Por conseguinte, uma lição aprendida consistiu em concentrar as futuras actividades de cooperação num menor número de projectos de maior dimensão, maximizando dessa forma a eficiência da gestão. Esta prática será mais valorizada quando o programa da Comissão de descentralização da gestão da ajuda, da Sede para as Delegações, estiver concluído em 2002.

Por conseguinte, espera-se que as etapas anteriormente descritas evitem de forma expressiva a maioria dos atrasos administrativos e processuais experimentados no passado.

Relativamente à avaliação do impacto dos projectos anteriores, a Comissão reconheceu que, no passado, se aplicaram recursos insuficientes na elaboração e identificação de novos projectos. A descentralização desta tarefa para as Delegações devia, no futuro, ajudar a evitar essas dificuldades, visto que será possível uma supervisão mais próxima do projecto.

Os efeitos das mudanças nos quadros de mais alto nível do governo, que ocorrem após cada eleição na Costa Rica, e a rotura que isso causa nos ministérios e departamentos ligados aos projectos financiados pela CE, é uma factor que afecta a qualidade dos programas. Além disso, o papel da sociedade civil e a contribuição desta para a formulação de políticas, e a sua prestação nos serviços e nos projectos, podia ser engrandecido por meio da criação de ligações mais próximas com o governo.

4.2. Cooperação dos Estados-Membros da UE com a Costa Rica

A comprovar o facto de a Costa Rica ser um país que não beneficia em grande escala da ajuda para o desenvolvimento, apenas três Estados-Membros têm em curso programas de cooperação bilaterais expressivos: Espanha, Alemanha e a Holanda. O montante do desembolso desses países, em 1998 e 1999 é quase equiparado ao da Comissão Europeia. Além destes, a França financia uma série de actividades na Costa Rica, mas apenas através da participação no seu programa regional de Cooperação Cultural e Científica.

A Alemanha apoia a Costa Rica em matéria de cooperação financeira e técnica, tencionando concentrar a sua cooperação nos seguintes sectores fulcrais: a) modernização do aparelho do Estado, incluindo descentralização; b) protecção dos recursos naturais e do ambiente. Este processo de concentração será definido com o novo governo em 2002. A verba anual do apoio alemão, nos últimos anos, ascendeu a cerca de 5,4 milhões de euros, para 1998 e 1999, e a 1,3 milhões, em 2000. O montante global da cooperação da Alemanha, durante o período de 1990-99, ascendeu a cerca de 123 milhões de euros.

O programa de cooperação bilateral da Espanha na Costa Rica, controlado pela AECI, cobre actividades no domínio do ambiente, desenvolvimento municipal, gestão sustentável dos recursos naturais, formação agrícola, saúde pública, formação e equipamento das forças policiais, projectos de desenvolvimento de infra-estruturas locais, reforço dos parques nacionais, trabalho infantil e administração do Estado. Além disso, a Espanha forneceu ajuda financeira, no montante de 7,4 milhões de euros por ano, para

1998 e 1999, e cerca de 3,7 milhões de euros, em 2000. No período de 1990-99, a Espanha facilitou, aproximadamente, 49 milhões de euros em cooperação.

O governo da Holanda está em vias de eliminar progressivamente o seu programa de cooperação bilateral directa na Costa Rica. Contudo, nos termos do Tratado sobre o Desenvolvimento Sustentável, concluído entre a Holanda e a Costa Rica, as actividades no Butão e em Benim são executadas com o apoio financeiro da Holanda, através de uma ONG costa-riquenha de fundos para a cooperação no domínio do desenvolvimento sustentável e do ambiente. No período de 1990-99, a Holanda providenciou um montante total de 138 milhões de euros de apoio a actividades de cooperação na Costa Rica. Em 2000, foram concedidos mais 4,4 milhões de euros.

A cooperação francesa, no âmbito do seu programa científico e cultural regional, ascendeu a cerca de 625 000 euros em 2000 e a cerca de 580 000 euros em 2001.

4.3. Outros Programas de Cooperação

No campo bilateral, a USAID deixou de fornecer apoio directo à Costa Rica, embora certos projectos continuem a ser financiados a partir de fundos fiduciários, deixados no país quando a USAID terminou as acções na Costa Rica, participando este país também em projectos regionais controlados pela USAID na Guatemala. O Canadá, a Ilha Formosa e o Japão continuam a desenvolver programas bilaterais na Costa Rica, fornecendo estes dois últimos países um apoio expressivo destinado a projectos de desenvolvimento de infra-estruturas. A ajuda canadiana tem origem, principalmente, numa série de fundos criados: fundos de contrapartidas (provenientes do produto da venda de mercadorias canadianas) destinados a projectos que visam a igualdade de género e oportunidade de emprego, o Fundo de Permuta da Dívida (destinado à implementação da Agenda 21 e a projectos de Biodiversidade) e o Fundo de Iniciativas Locais para apoiar comunidades urbanas e rurais marginalizadas.

Na frente multilateral, o BID continua a ser o principal prestador de auxílio através de empréstimos que atingiram um montante de 863 milhões de dólares, durante o período de 1990-99. Um empréstimo importante (92 milhões de dólares, compreendendo 27 milhões em contribuições de contrapartidas) foi aprovado em 2000, para a regularização dos registos cadastral e de propriedade, e será formalmente vinculado ao projecto de descentralização municipal proposto pela CE. O outro principal projecto recente é o Projecto de Energia Geotérmica Miravalles III, aprovado em 1998. O projecto canalizado através do BID compreende uma segunda fase do Programa de Administração da Justiça, que deverá destinar a este sector um montante adicional de 30 milhões de dólares (incluindo 9 milhões de fundos de contrapartidas).

O Banco Mundial tem em curso quarto projectos, no montante global de 109 milhões de dólares em empréstimos na Costa Rica, que cobrem áreas, nomeadamente, nos sectores de transportes, educação básica, reforma da saúde, abastecimento de água e tratamento de esgotos. Além disso, a Corporação Financeira Internacional (CFI), detém uma carteira em aberto de cerca de 20 milhões de dólares, investidos em empresas costa-riquenhas nas áreas de telecomunicações e agro-indústria.

O Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas tem como objectivo fulcral o desenvolvimento a nível local, a formulação de políticas públicas e o ambiente. A matriz de doadores, em anexo (Anexo 5), contém uma visão global dos principais programas de cooperação internacional.

5. ESTRATÉGIA DE RESPOSTA DA COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA PROPOSTA

5.1. Princípios e Objectivos de Cooperação

Conforme descrito no Capítulo 1, os três objectivos essenciais da política de desenvolvimento da CE são os seguintes: desenvolvimento social e económico sustentável; integração progressiva dos países em desenvolvimento na economia mundial; redução e erradicação da pobreza. A agenda de desenvolvimento nacional costa-riquenha assenta nos pilares do crescimento, estabilidade, oportunidades e sustentabilidade, estendendo-se desde os sectores sociais, macroeconómicos e governamentais até ao âmbito da agricultura, infra-estruturas e ambiente.

Em virtude dos recursos limitados disponíveis para a aplicação da ajuda da CE na Costa Rica, a cooperação da CE deve limitar-se a prioridades restritas. A CE pode apenas resolver um número reduzido dos desafios que o país enfrenta mas, se seleccionar somente duas ou três áreas, com as quais a própria Comissão tem interesse em estabelecer relações próximas, será possível obter o máximo impacto dispondo apenas de limitados recursos.

5.2. Prioridades para a Cooperação

Face à análise contida na Secção 3.4, anteriormente referida, deve salientar-se que os principais desafios a médio prazo que a Costa Rica tem pela frente compreendem:

- Empreender reformas institucionais, nomeadamente a modernização e descentralização do governo;

- Tirar partido das vantagens comparativas do país, em termos da sua força laboral, relativamente bem instruída, da estabilidade política e económica e da sua abertura a uma política de comércio voltada para o exterior, e criação de nova riqueza assegurando que os benefícios são distribuídos de forma equitativa, e;

- Manter a sua liderança regional como pólo de crescimento, baseado na alta tecnologia e na estabilidade social, contrabalançado por uma política coerente de gestão do ambiente.

Considerando estes aspectos, propõem-se, no âmbito da cooperação, os três sectores prioritários seguintes:

- Modernização e descentralização do Governo

- Cooperação económica

- Cooperação científica e técnica

Sublinha-se que estes três sectores foram identificados no Memorando de Entendimento, assinado entre o Governo da Costa Rica e a Comissão Europeia, em Março de 2001. Este Memorando de Entendimento prevê um montante indicativo de ajuda de 31,5 milhões de euros para o período de 2000-2006.

5.3. Estratégia de Resposta nos Sectores Prioritários

5.3.1. Modernização e Descentralização do Governo

Existe o consenso geral que, para manter a confiança pública no sistema do governo e na sua capacidade para prestar os serviços essenciais, há necessidade de melhorar a qualidade e o sentido de oportunidade da prestação de serviços básicos. Assume uma importância crucial a questão dos serviços prestados pelas autoridades descentralizadas, que na Costa Rica já sofreram fortes restrições no passado, quer em financiamento quer em dotação de pessoal.

Alguns programas bilaterais encontram-se já em fase de execução, no âmbito dos programas de cooperação da Espanha e da Alemanha na Costa Rica, e contribuíram para preparar o caminho para o governo local poder desempenhar um papel mais importante na provisão de serviços. Em 2001, foi aprovada uma reforma constitucional que levará à transferência de uma percentagem, que poderá atingir 10%, do orçamento central para os municípios, para que estes possam implementar um conjunto de responsabilidades consideravelmente mais alargado. A fim de pôr em prática esta reforma, é necessário ajudar o Governo da Costa Rica a definir o quadro legal e institucional adequado, que permitirá ao governo local assumir responsabilidades acrescidas. Por outro lado, exigir-se-á um grande reforço das competências em domínios que cobrem áreas tão vastas como o desenvolvimento comunitário, o planeamento participado, capacidades de gestão, género e ambiente. É nestas áreas que se concentrará o apoio da CE, em estreita coordenação com os esforços já em curso, bem como com a participação de organizações da sociedade civil como a confederação nacional das associações de desenvolvimento comunitário (CONADECO) . Está igualmente previsto que este apoio ultrapassará a provisão desses serviços, devendo também promover os instrumentos de implantação para o desenvolvimento comunitário a nível municipal. Estas são também áreas nas quais a CE tem uma relativa vantagem comparativa.

Está previsto que o domínio da modernização e descentralização do governo deverá absorver 35-40% dos recursos disponíveis.

5.3.2. Cooperação Económica

Considera-se, geralmente, que nos sectores sociais, ou nos sectores dos direitos humanos, não há uma necessidade premente do apoio em larga escala da CE às autoridades costa-riquenhas, face ao sucesso significativo que elas registaram nestas áreas. Nem sequer é possível, em virtude dos fundos limitados disponíveis, considerar a hipótese de qualquer actividade para o desenvolvimento de qualquer tipo de infra-estruturas. Contudo, o processo de desenvolvimento económico e social na Costa Rica, nas duas últimas décadas, foi assinalado pelo forte desempenho do sector de produtos manufacturados, que atraiu o investimento estrangeiro e movimento migratórios internos e externos. Em consequência, o Vale Central detém, actualmente, mais de metade da população total do país e a quase totalidade do output industrial. Dados os níveis relativamente elevados de desenvolvimento humano e tecnológico da Costa Rica, e os grandes esforços de cooperação em curso no sector da investigação, o principal enfoque da cooperação nesta área deverá abordar a questão do planeamento urbano. Os aspectos essenciais de melhoria do planeamento, que o Vale Central exige, compreendem a realização de diagnósticos sectoriais, o melhoramento da coordenação entre as autoridades de planeamento, a valorização dos recursos humanos e a contribuição para a realização de estudos de viabilidade e de concepção. Algumas áreas de cobertura cruciais poderão compreender, nomeadamente, o controlo da poluição e a gestão de resíduos

sólidos e líquidos. A estratégia a levar a cabo consiste em tornar o processo de planeamento mais transparente, coerente e eficaz, abrindo assim possibilidades à transferência de tecnologia da UE e à participação do sector privado em projectos de infra-estruturas. Será dada especial atenção a questões ambientais. Será igualmente analisada a hipótese de desenvolver sinergias com a terceira área prioritária, a cooperação científica e tecnológica.

Está previsto que a área da cooperação económica deverá absorver 25-30% dos recursos disponíveis.

5.3.3. Cooperação Científica e Tecnológica

De acordo com a última avaliação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Costa Rica é um dos países tecnologicamente mais avançados da América Latina e das Caraíbas. O seu elevado índice de desenvolvimento dos recursos humanos, associado à estabilidade política e económica, incentivaram a captação do investimento directo estrangeiro para o país. O grande investimento feito pela Intel numa fábrica de produção de microchips constitui o principal exemplo desta tendência. Por outro lado, as universidades costa-riquenhas gozam de grande reputação na sub-região da América Central e mantêm relações fortes com as universidades europeias e norte-americanas. A Costa Rica foi o principal beneficiário do programa Alfa. A estratégia a levar a cabo pela Comissão neste sector deverá concentrar-se em promover o desenvolvimento dos recursos humanos e em reforçar as relações entre a indústria e a comunidade científica, com vista a impulsionar os serviços e as empresas de alta tecnologia desenvolvidos a nível local a fim de manter a liderança da Costa Rica, a nível sub-regional, nesta área.

Está previsto que a área da cooperação científica e tecnológica deverá absorver 25-30% dos recursos disponíveis.

5.3.4. Áreas Não Prioritárias

A questão da violência doméstica contra as mulheres constitui uma preocupação crescente na Costa Rica, enquanto a da prostituição infantil continua a ser problemática, apesar da atenção cada vez mais séria dada pelo governo a esta questão. No entanto, no contexto costa-riquenho, é evidente que estes problemas não constituem sectores adequados para intervenção no âmbito dos principais programas de cooperação, porque estes tipos de intervenção exigem por sistema pequenos projectos, não se acomodando facilmente aos procedimentos aplicados aos programas de ajuda técnica e financeira. Não obstante, se a necessidade de apoio nestas áreas aumentar, e se forem definidas instituições com potencial capacidade de implementação, a Comissão poderá considerar a hipótese de se utilizarem recursos não prioritários e/ou cooperação descentralizada ou co-financiamentos através de ONG para esse fim.

Desta forma, as potenciais acções eventualmente a considerar, no âmbito das áreas não prioritárias, compreendem as que estão relacionadas com a redução da pobreza, a integração regional e a maior inserção da Costa Rica na economia global, como:

- Acesso de grupos marginalizados aos serviços básicos, como a saúde e o ensino, abrangendo, designadamente, os imigrantes da Nicarágua;
- Reforma fiscal com vista à promoção de uma maior equidade social;
- Quadro legislativo para comércio e investimento, desenvolvimento das exportações, da competitividade das pequenas e médias empresas e formação;
- Projectos regionais no domínio da integração, nomeadamente reformas aduaneiras;

- Prosseguimento da actual estratégia e preparação da seguinte.

Serão desenvolvidas iniciativas específicas através de acordo mútuo entre o Governo costa-riquenho e a Comissão. Até 15% dos recursos disponíveis podem ser afectados a projectos destinados às áreas não prioritárias.

5.4. Coerência da Política da UE

As principais políticas comunitárias, que têm impacto nas relações da UE com a Costa Rica, são, designadamente, as seguintes: Comércio e Desenvolvimento, Política Agrícola Comum (CAP); Política de Controlo Sanitário e Fitossanitário – Defesa do Consumidor; Mercado Interno; Política de Concorrência; Política de Investigação e Desenvolvimento; Política Ambiental; Justiça e Assuntos Internos e Sociedade da Informação. Em termos gerais, pode concluir-se que as políticas inerentes à presente estratégia são compatíveis com as principais políticas da Comunidade. No entanto, poderiam surgir possíveis áreas de conflito relativas à Costa Rica, se certas áreas prioritárias de cooperação compreendessem o desenvolvimento do sector agrícola, o que não é o caso.

Contudo, interessa referir que as autoridades da Costa Rica consideram que, por natureza, a Política Agrícola Comum é prejudicial ao desenvolvimento das exportações, em mercados de países terceiros, como a Costa Rica. No caso das bananas, o acesso preferencial concedido pela UE a produtores de países ACP provocou queixas significativas em países da América Central e noutros países da América Latina produtores de banana. Verificou-se que este acesso preferencial deve ser eliminado progressivamente até 2006.

A natureza provisória das concessões feitas à Costa Rica, sob o regime 'drogas' do Sistema de Preferências Generalizadas (GSP), é considerada pelas autoridades como um impedimento às decisões sobre o investimento directo a longo prazo. Por outro lado, a aplicação da política comunitária no domínio do controlo sanitário e fitossanitário é entendida por alguns países terceiros, ou sectores económicos (nomeadamente a agricultura), como uma barreira de comércio isento de direitos.

No Anexo 6, pode encontrar-se uma análise mais aprofundada sobre a coerência de políticas concentradas na região da América Central.

5.5. Complementaridade da Cooperação dos Estados-Membros da UE e de outros Doadores

Os sectores prioritários seleccionados para objecto de cooperação são áreas, nas quais existem certos antecedentes de apoio e de coordenação de doadores. Nomeadamente no domínio da descentralização, tanto os Estados-Membros da União Europeia (Cooperação Alemã e Espanhola), como o BID tiveram e têm uma participação activa. Além disso, tal como os esforços de coordenação do PNUD e dos Estados-Membros da UE, a Direcção-Geral costa-riquenha para a Cooperação Internacional assumiu, recentemente, uma posição de liderança na coordenação do apoio dos doadores e na garantia da complementaridade. O papel desempenhado pela Delegação da CE na Costa Rica reveste-se também de uma importância fundamental para assegurar a complementaridade da cooperação.

Nos casos em que se verificar que os projectos nos sectores prioritários são viáveis, estes serão vinculados aos programas sub-regionais e regionais financiados pela Comissão Europeia, nomeadamente programas como o AL-Invest, @LIS, URBAL e ALFA. A

Costa Rica foi um dos principais beneficiários dos programas ALFA I e II, em termos de participação per capita, o que realça a importância desse tipo de programas e as ligações que eles estabelecem com o sector prioritário da ciência e tecnologia.

O processo que vai desde a identificação dos projectos até à execução realizar-se-á em estreita cooperação com os Estados-Membros. A Comissão, através da sua Delegação em São José, procede ao intercâmbio de informações com os Estados-Membros através de reuniões periódicas e pontuais que asseguram a complementariedade dos programas de cooperação da UE e poderão igualmente conduzir ao desenvolvimento de programas de cooperação conjuntos.

6. PROGRAMA DE TRABALHOS INDICATIVO

6.1. Instrumentos Financeiros de Cooperação

Os principais instrumentos financeiros, que podem utilizar-se para financiar a implementação do Programa de Trabalhos Indicativo da Comissão Europeia na Costa Rica, são as diferentes rubricas orçamentais da Comissão, que compreendem:

a) cooperação técnica e económica, que cobre operações a longo prazo identificadas no âmbito da estratégia do país, para a qual foi definida uma dotação indicativa no montante de 31,5 milhões de euros, nos termos do Memorando de Entendimento 2000-2006.

b) outras rubricas orçamentais estabelecidas para financiar questões específicas, compreendendo áreas como os direitos humanos e a democracia, protecção do ambiente e dos recursos naturais, drogas e cooperação descentralizada.

A selecção final dos projectos, e dos montantes correspondentes, será feita em função das conclusões dos estudos detalhados de identificação e preparação realizados pela Comissão. O financiamento do programa de trabalhos indicativo fica condicionado à disponibilidade de fundos no orçamento anual da Comissão. Além disso, os financiamentos, sob a forma de empréstimos, serão concedidos pelo Banco Europeu de Investimento.

6.2. Princípio de Revisão e Avaliação

O seguinte programa de trabalhos indicativo foi desenvolvido com base na análise anterior, assim como na consulta às autoridades nacionais, à Delegação da CE em San José e aos Estados-Membros da UE representados na Costa Rica. O programa será sujeito a um processo de revisão anual que envolve os mesmos protagonistas, durante o qual será prestada especial atenção aos indicadores e aos resultados esperados da estratégia. Com base nessa revisão, poderão ser introduzidas eventuais alterações ao programa.

6.3. Actividades Prioritárias por Sector

6.3.1. Modernização e Descentralização do Governo

O objectivo global para este sector prioritário consiste em modernizar e descentralizar as instituições do Estado, a fim de estas prestarem serviços de melhor qualidade e mais acessíveis a todos os estratos da sociedade.

A principal intervenção terá lugar no domínio do desenvolvimento municipal e da descentralização e tem como objectivo aumentar a percentagem dos recursos do governo distribuídos a nível municipal, melhorar a capacidade de gerir e prestar serviços de qualidade e incentivar a participação de todos os cidadãos na tomada de decisões a nível municipal. As actividades deverão compreender o levantamento das competências das autoridades municipais e reforçar as suas capacidades bem como as dos outros protagonistas. Além disso, serão estabelecidos instrumentos para promover iniciativas de desenvolvimento a nível comunitário. Questões como o género e a gestão do ambiente serão tomadas em consideração nestas iniciativas de desenvolvimento.Será assegurada a participação de organizações da sociedade civil tais como a CONADECO na elaboração e execução do projecto.

As medidas políticas a adoptar pelo Governo compreenderão, designadamente, a aplicação da alteração ao Artigo 170º da Constituição, que dirige uma percentagem maior dos recursos do governo central a serem gastos a nível do governo local.

Os indicadores relativos às actividades antes referidas compreenderão dados sobre gestão fiscal, índices de descentralização e indicadores relativos à percentagem da população que tira proveito de serviços específicos, nomeadamente água canalizada, saúde e educação.

6.3.2. Cooperação Económica

O objectivo global para esta área prioritária consiste em gerar um maior crescimento económico, assegurando que os benefícios são partilhados equitativamente, através do reforço das vantagens comparativas do país, em termos da sua força laboral instruída, da estabilidade política e económica e da política comercial aberta para o exterior.

As intervenções em causa compreendem: planeamento urbano, cobrindo questões como a gestão do ambiente, gestão de resíduos e planeamento de infra-estruturas físicas necessárias para a trair o investimento e aumentar a competitividade; e o quadro regulamentar para comércio e investimento, desenvolvimento de empresas e integração regional. Será dada especial atenção às questões ambientais.

As medidas políticas a adoptar pelo Governo deverão incluir a conclusão das restantes fases do plano de desenvolvimento urbano nacional, recentemente iniciado, e ainda legislação para promover um clima favorável ao investimento.

Os indicadores relacionados com as actividades antes referidas serão principalmente de natureza ambiental e social, tais como os níveis de contaminação do ar e da água, doenças respiratórias e outros indicadores de saúde.

6.3.3. Cooperação Científica e Tecnológica

O objectivo global para esta área consiste em promover a liderança regional da Costa Rica, como pólo de crescimento, baseado no desenvolvimento tecnológico, e contribuir para o desenvolvimento económico e competitividade do país.

As intervenções que podem considerar-se compreenderão o apoio a uma maior interacção entre empresas e entidades científicas e tecnológicas, promovendo investigação aplicada, intercâmbio internacional e formação em inúmeras áreas, como a tecnologia de informação, telecomunicações, produção industrial, medicamentos, recursos naturais e tecnologias mais limpas.

As medidas políticas que podem ser aplicadas neste contexto compreenderão o estabelecimento de acordos internacionais, o respeito pela autonomia das comunidades científicas e empresariais e a garantia de um clima favorável ao investimento.

Alguns indicadores relevantes compreenderão, eventualmente, fluxos de investimento internacional, e empreendimentos mistos, dados comerciais, patentes retiradas e números de licenciados de institutos tecnológicos.

6.4. Questões Transversais

Conforme referido anteriormente, no Capítulo 5, a Costa Rica dispõe de um excelente registo no seu desempenho em áreas como os direitos humanos e a prevenção de conflitos. As questões do género serão automaticamente consideradas durante a preparação de todas as iniciativas a tomar no âmbito dos sectores prioritários já citados. Além disso, as três questões fundamentais da migração, gestão do ambiente e descentralização são de crucial importância para a Costa Rica. As duas últimas devem ser tratadas, não só em iniciativas dos projectos de sectores prioritários específicos, mas também na constituição de elos de reforço mútuo entre todos os sectores de cobertura e também entre a União Europeia e a Costa Rica.

Por último, a integração regional constitui a principal prioridade da estratégia regional para a sub-região da América Central, pelo que deverá representar uma preocupação permanente a todos os níveis da estratégia nacional para a Costa Rica, no âmbito da qual todas as acções devem estar em consonância com a estratégia regional.

6.5. Programação da Implementação Indicativa

O quadro que se segue oferece uma visão global indicativa da programação da execução do programa de trabalhos. O montante indicado para o primeiro projecto é fixado na sequência da aprovação do projecto no Comité do PVD-ALA, em Dezembro de 2001, enquanto os restantes números são indicativos. Para 2002, o sector prioritário é a cooperação económica, que se concentra no planeamento urbano da área metropolitana mais extensa de San José, enquanto que a preparação da intervenção no sector da ciência e tecnologia terá início em 2004.

Sector/Projecto	Montante	2002	2003	2004	2005	2006
1. Modernização e Descentralização do Governo						
Descentralização e Reforço Municipal	€9,6 m					
Acordo de Financiamento		■				
Execução		■	■	■	■	■
2. Cooperação Económica						
Planeamento Urbano	€11 m					
Identificação/Preparação		■				
Aprovação			■			
Acordo de Financiamento			■			
Execução			■	■	■	■
3. Cooperação Científica e Tecnológica						
Desenvolvimento de Empresas de Alta Tecnologia	€10,9 m					
Preparação				■		
Aprovação					■	
Acordo de Financiamento					■	
Execução						■

7. ANEXOS

Anexo 1 **Ficha Informativa da Costa Rica**

Anexo 2 **Agenda de Desenvolvimento Nacional da Costa Rica - Políticas Sectoriais**

Anexo 3 **Costa Rica – Indicadores Macroeconómicos e Sociais**

Anexo 4 **Cooperação Financiada com Fundos da CE – Síntese do Projecto**

Anexo 5 **Matriz de Doadores**

Anexo 6 **Combinação de Políticas**